

FMS	CPM	GERIN
BIBLIOTECA		
Jornal	A Tarde	
Data	07.07.95	
Codex	1	Página 6
Seção		
Assunto	Habitação	

Deslizamentos e política habitacional

Yolanda Pires

Por volta dos anos 40, o engenheiro Mário Leal Ferreira elaborou um projeto urbanístico visando o crescimento de Salvador e nele concebendo, inclusive, as avenidas dos vales. Em 1960, o economista e homem público de escol Rômulo Almeida concebeu, também, um projeto para que fosse criada uma empresa estatal que propiciasse o crescimento controlado de Salvador. O objetivo seria o de viabilizar reservas de terras para loteamentos de baixa renda, próximas aos centros urbanos, aos serviços e empregos, evitando assim a especulação imobiliária.



A realidade é que Salvador foi uma cidade proprietária de imensas glebas oriundas das sesmarias coloniais. Mas a população desfavorecida foi, criminosamente, sendo empurrada para as encostas, construindo suas habitações da maneira mais desordenada e precária possível. Os poderes públicos — governos federal, estadual e municipal — jamais preocuparam-se com um plano de habitação sério.

Quando o governo democrático — 1987/1988 — criou o projeto "Minha Casa, o Direito de Morar", o governo federal impediu o empréstimo, por motivos óbvios, que todos nós conhecemos. Como vereadora, detenho-me a pensar na tragédia que vimos, recentemente, e que ceifou a vida de 58 pessoas — crianças, idosos, mulheres, homens. Como poderíamos viabilizar uma política habitacional que estabelecesse critério de prioridade, a

fim de resgatar a dignidade daqueles que moram mal, pendurados nas encostas, em áreas de riscos?

O índice inacreditável de 66% da população — isto é, um milhão e meio de pessoas morando nas invasões e encostas —, de acordo com os dados da Coordenadoria de Defesa Civil — Codesal, não pode ser tolerado. Conjecturando sobre esses dados, apresentei um requerimento à Mesa da Câmara, em 5 de maio de 1995, isto é, 25 dias antes da tragédia dos deslizamentos, cujo objetivo é o de discutirmos, numa sessão especial, o problema dos deslizamentos de terras em Salvador, questão já crônica neste município.

Esta sessão especial está interligada à indicação, também de minha autoria, datada de 7 de maio de 1995, cujo teor é o de solicitar à Secretaria de Terras e Habitação que realize uma ampla pesquisa, com a finalidade de reelaborar o histórico das terras do município de Salvador. A pesquisa deverá abranger os últimos 40 anos e, com detalhes, esclarecer como as terras do município foram negociadas, doadas, vendidas, desapropriadas e registradas nos cartórios de Salvador.

Não cabe mais a omissão das autoridades — federal, estadual e municipal —, quando se trata de preservar a vida humana. Como cidadã e vereadora da Cidade do Salvador, não posso aceitar a tragédia que vimos recentemente. Os poderes públicos, as instituições, as organizações não-governamentais, a população, sobretudo a mais atingida, terão que reivindicar o direito sagrado de morar com dignidade, é uma questão de humanidade.

Yolanda Pires é vereadora do PSDB e presidenta da Comissão Externa da Fome.